

CONFERÊNCIA

A MAIOR BANDEIRA DO MAIOR BANDEIRANTE (*).

Antônio Raposo Tavares tem sido considerado pelos historiadores brasileiros o maior de todos os bandeirantes. Não obstante, sobre o mais vasto dos seus empreendimentos pairam grandes obscuridades.

Por nossa parte, quando dizemos o maior bandeirante relacionamos êsse qualificativo com o alcance geográfico e geopolítico das suas expedições. Se erguemos aquela que nos vai ocupar à categoria da maior das empresas exploradoras, realizadas por um grupo de homens e num esforço ininterrupto, em todos os tempos, nas duas Américas, também a consideramos uma bandeira de Estado, Estado em formação, essencialmente política, que buscou, dum só e gigantesco impulso, sondar os possíveis limites entre os dois grandes domínios ibéricos, na América do Sul.

Como exploradores geográficos, essas dezenas de heróis, que foram de São Paulo a Belém do Pará, tem a grandeza do mundo que devassaram. Mas se os consideramos como tipos sociais, esculpidos pelo tempo, o meio, a ação e o perfeito acabamento dum caráter regional, houve sem dúvida alguns poucos bandeirantes maiores, e talvez Fernão Dias Pais — o maior entre os maiores. Aliás, Raposo Tavares representa um tipo diferente de expansão.

Figura épica, e mal conhecida, tendo realizado, em pleno século XVII, por vastíssimos caminhos totalmente ignorados, uma empresa sobrehumana, a sua personalidade revestiu-se, naturalmente, dum esplendor lendário.

O mito da existência duma vasta Ilha-Brasil, rodeada pelo Prata e o Amazonas, teve o seu herói mítico. Essa deformação ideal alcançou, como é sabido, expressão suprema no **Quadro Histórico** de Machado Oliveira. Segundo êle,

(*) — Conferência inédita, proferida no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, gentilmente cedida pela sua direção para publicação na *Revista de História* como homenagem ao autor, recentemente falecido (Nota da Redação).

“Antônio Raposo, à frente duma partida de 60 homens, tão audazes e aventureiros como o valente caudilho, tendo um séquito de alguns índios, atravessou o Brasil de sueste a noroeste; escalando os Andes chega ao Perú, penetra êsse país; entra nas águas do Pacífico, com a espada nua levantada, dizendo que “avassalava terra e mar para o seu rei; é por vêzes compelido a recontros e combates com os espanhóis, levando-os sempre de arrancada. Deixou o antigo império dos Incas e, dirigindo-se para o Amazonas, navega êsse rio em jangadas, abandonando-se à sua corrente; desembarca em Curupá e, aí foi generosamente acolhido pelo povo, que se assombra de tamanha audácia do paulista. O regresso de Raposo Tavares, através dos sertões que se interpõem às duas regiões, durou anos e no cabo dêles se achou tão desfigurado que foi desconhecido por sua família e parentes”.

Eis a lenda, mas uma lenda de caráter épico e político, em que o herói, interpretado sob o ponto de vista nacional, leva a soberania portuguesa do Atlântico ao Pacífico.

Veio depois a reação e os historiadores brasileiros buscaram entrever e definir a figura real através da névoa lendária. Cabe ao eminente homem público e historiador Washington Luís a primeira monografia sólidamente documentada nesse novo sentido e ainda hoje guia indispensável e exemplo a citar de aplicação do método histórico-geográfico.

Fundando-se nos documentos conhecidos, supôs Washington Luís que a bandeira de Raposo Tavares, saindo de São Paulo pelo Peabirú, fôsse tomar o Paraná, na sua confluência com o Paranapanema, passando daquêle ao Paraguai, que haveria subido para embarcar no Guaporé, descendo por êle e pelo Madeira até ao Amazonas.

A publicação posterior, e por iniciativa de Washington Luís, das **Actas da Câmara de São Paulo** e peças similares, a publicação ou divulgação de documentos essenciais, por A. Taunay, Rodolfo Garcia, Basílio de Magalhães, Alfredo Ellis Júnior, João Lúcio de Azevedo e Carvalho Franco, trouxeram uma base nova à interpretação da personalidade de Raposo Tavares e da bandeira de 1648-1651.

Dentre os documentos que a Washington Luís não foi dado conhecer, avulta sôbre todos uma carta do Pe. Antônio Vieira, infelizmente apenas conhecida em cópia muito estropiada, mas cujo original foi escrito em começos de 1654 com o testemunho de alguns bandeirantes, que então permaneciam em Belém do Pará, e com quem o grande jesuíta falava em outubro de 1653.

(**Cartas do Pe. Antônio Vieira, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo.** T. I, Coimbra 1925, N.º LXVI).

Outro documento, divulgado por Paulo Prado, nas colunas do **O Estado de São Paulo** — um informe do secretário do Conselho Ultramarino sobre “a gente de São Paulo” e dirigido ao Rei, em 1674, isto é, 23 anos após a realização da bandeira, ampliava o seu trajeto pelos Andes até Quito, donde, pelo Amazonas, Raposo Tavares haveria descido até Belém. Perante esta afirmação que estava de acôrdo com os dizeres de Berredo nos **Anais do Maranhão**, já no século XVIII, os historiadores paulistas, hesitaram e dividiram-se. Uns, como Taunay e Carvalho Franco, não rejeitam a hipótese da derivação andina até Quito, mas não a aceitam taxativamente; Alfredo Ellis Júnior, na sua recente e notável monografia sobre Raposo Tavares, faz suas as primeiras conclusões de Washington Luís; Júlio de Mesquita Filho, nos seus excelentes **Ensaio Sul-Americanos**, inclina-se, ao contrário, francamente para a extensão andina da bandeira.

Apaixonados de há muito pela história das bandeiras e atraídos pela grandeza épica do feito de Raposo Tavares e seus companheiros, demo-nos também durante anos a procurar pacientemente esclarecer os mistérios que a envolvem. Os nossos esforços, ainda que em terreno tão batido, e por tão grandes pioneiros, foram coroados de êxito, ao menos quanto ao alcance geográfico da expedição. Foi-nos possível descobrir uma série de documentos, quer de origem espanhola, e, em especial, jesuítica, quer de origem portuguesa, na sua grande maioria inéditos, e que nos permitem completar e esclarecer o relato de Vieira e, por essa forma, traçar, nas suas linhas gerais, o trajeto da bandeira.

Na sua maioria êstes últimos documentos referem-se a Antônio Pereira de Azevedo, capitão duma das tropas da bandeira, e sobre cuja identidade havia ainda dúvidas, e a Simão Pedroso, um dos bandeirantes, que permaneceu em Belém, com outros companheiros de aventura, e onde deve ter morrido, depois de haver prolongado na Amazônia por dezenas de anos, suas atividades de sertanista infatigável. Os documentos sobre Antônio Pereira de Azevedo, pertencentes aos arquivos de Lisboa, constam, entre outros, dum requerimento, feito em Lisboa em 1656, com exposição de serviços, entre os quais o da bandeira a que nos estamos referindo; a respectiva consulta do Conselho Ultramarino e o despacho do Rei; a sua habilitação para a Ordem de Cristo e, finalmente, a concessão de várias mercês, entre as quais a de escudeiro fidalgo e a de ser armado cava-

leiro, quando chegasse ao Brasil. O documento principal sobre Simão Pedroso é uma carta do governador do Maranhão e Pará, Gomes Freire de Andrade, dirigida em 1687 ao Rei, com um depoimento daquele bandeirante, em que revela alguns fatos de grande interesse, sobre a expedição. Finalmente, várias cartas dos jesuítas do Paraguai pertencentes à coleção De Angelis, informam com pormenores, que as duas tropas de Raposo Tavares e Pereira de Azevedo, atravessaram o Paraguai em direção a oeste. Nenhum dos documentos que encontramos se refere ao trajeto até Quito. A análise crítica do conjunto das peças existentes leva-nos à conclusão de que a bandeira atingiu os Andes, mas não os percorreu; e, depois de ter visitado La Plata e alguma ou algumas das cidades próximas, baixou dessa região à bacia do Amazonas. Assim, a história aproximase da lenda, não só quanto à extensão da empresa mas também, segundo supomos, ao seu aspecto político.

Seremos, aliás, forçados a limitar, e sob forma esquemática, o tema desta conferência ao aspecto geográfico e geo-político da bandeira. Vamos, pois, indicar, ainda que rapidamente, as condições geográficas, econômicas, inter-sociais, históricas e políticas que explicam esse empreendimento.

Sob o ponto de vista geográfico, devemos considerar que a bacia do Prata, desenvolvida no sentido geral do meridiano pelo eixo do Paraná-Paraguai abre, com os afluentes respectivos, vários sistemas de estradas naturais, no sentido do paralelo, entre o Atlântico e os Andes. Por um desses sistemas já em 1524 o português Aleixo Garcia ia das costas do atual Estado de Santa Catarina até à região argentífera dos Andes, então ainda sob o domínio incaico. Nos meados do século XVI, os moradores de São Vicente iam daquelas mesmas costas e de Cananéia tomar o Pequiri e, atravessando o Paraná e a serra do Maracajú, baixavam o Jejuí e o Paraguai até Assunção. A prática usual desse caminho reflete-se claramente no mapa de Bartolomeu Velho de 1562. Era o chamado caminho do Piquiri, que Nicolau Barreto, segundo o acertado parecer do professor Alfredo Ellis Júnior, foi buscar, em 1602, à frente da sua bandeira, rumo ao Perú andino. Por esse ou semelhante caminho seguiram ainda durante a primeira metade do século XVII mais do que uma tropa de bandeirantes.

Sob o ponto de vista econômico, convém assinalar, São Paulo oferecia um contraste flagrante com as cidades do Perú seiscentista. Estas, especialmente Lima, Potosi, La Plata (Sucre) e Cuzco eram então os grandes centros do comércio, da riqueza e da cultura, em toda a América do Sul. As minas de

prata e de mercúrio, em pleno e progressivo rendimento até 1630, sustentavam com pequeno esforço dos espanhóis essa economia florescente. Lima, comunicando pelo seu pôrto de Callao com o Panamá, e pela estrada de Cuzco, Potosi e Tucuman com Buenos Aires, tornara-se a metrópole mercantil e cultural de tôda a América austral, espécie de Meca para todos os estrangeiros (mormente os portugêses), que anciavam por grandes negócios ou cujas atividades só podiam ser utilizadas nos centros urbanos em plena prosperidade e desenvolvimento.

No polo oposto, São Paulo, era uma pequena cidade de gente vigorosa, empreendedora, ativa, acostumada aos maiores trabalhos e fadigas, mas vivendo em míngua de comodidades e mediania de recursos. Já as demais cidades brasileiras, como a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, cuja economia assentava no cultivo da cana e no fabrico do açúcar desfrutavam condições de vida mais próspera. Essa mesma fonte de riqueza, que exigia a importação em grande escala do negro de Angola e da Guiné, tornara o Brasil o intermediário clandestino para êsse comércio da mão de obra escrava, tão necessária também à indústria mineira do Perú. E, se a prata dos Andes veio intensificar enormemente o comércio e o desenvolvimento da riqueza no Brasil, o escravo negro, vindo dos portos brasileiros ou de Angola com escala por êses portos, tornara-se cada vez mais o instrumento indispensável às atividades industriais no planalto andino. Se juntarmos aos escravos negros, o açúcar, as fazendas, as peças de mobiliário rico e várias matérias alimentares, concluiremos que a América espanhola e a portugêsa, eram sob o ponto de vista da economia, regiões complementares. Cumpro gratamente o dever de assinalar aqui o notabilíssimo trabalho de Alice Canabrava, dedicado a êste último tema, com o título de **O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)**, legítimo título de orgulho para a autora e para esta Faculdade onde se formou.

Essa profunda diferença de base, mas unidade de organização econômica, constituíram o estímulo e atrativo irresistíveis que levaram portugêses e luso-brasileiros a internar-se no Perú. Mau grado tôdas as leis proibitivas, que se opunham à entrada de estrangeiros, sem de forma alguma exceptuar os portugêses, êstes, graças à importância dos serviços que podiam prestar e aos produtos do seu comércio, fãcilmente venceram as barreiras do monopólio espanhol e afluíram por milhares ao Perú, quer por Pôrto-Belo, no Panamá, quer por Buenos Aires, no Prata. Outros, e êste foi o caso dos paulistas, dada a inexistência duma fronteira terrestre, tentaram e conse-

guiram, atravessando o sertão, internar-se no Perú, para aí se fixarem ou regressarem ao ponto de partida.

Só percorrendo, uma por uma, as histórias nacionais do Brasil, da Argentina, Paraguai, Perú, Equador e Colômbia, e a vasta documentação sôbre que assentam os seus relatos, nos podemos dar conta da importância enorme do intercâmbio clandestino luso-espanhol, que transcendia os limites imaginários das duas corôas na América, fundindo interêsses e transmitindo mútuas influências e tipos de cultura.

Tanto no Perú dos metais preciosos, como nas cidades do Prata e Tucuman, os portuguezes, além de praticarem o comércio, contribuíram para o desenvolvimento e prosperidade da América espanhola por outras e variadas formas. Para se ter uma idéia dêsse fato, cite-mos alguns dentre os nomes mais notáveis que brilharam nessas diversas atividades. Além de D. Francisco Vitória, bispo de Tucuman (1580-1587), que iniciou o comércio por mar com o Brasil, lembremos o Pe. Manuel de Ortega, um dos mais célebres, abnegados e ativos jesuítas que missionaram, em fins do século XVI e primeiro quartel do seguinte, na província, mais tarde chamada do Paraguai; Annio Leon Pinelo, o insigne jurista, historiador e bibliógrafo, que passa geralmente por natural de Lima, mas que nasceu em Lisboa, donde foi, ainda moço, para Buenos Aires, Tucuman e Lima com seu pai Diogo Lopes de Lisboa, Manuel de Souza Coutinho, o célebre frei Luís de Souza, um dos maiores escritores portuguezes do século XVII, em cuja primeira década negociou em Lima; Pero Fernandes de Queiroz, que por três vêzes habitou a capital do Perú, e — último dos grandes navegadores portuguezes — encerrou em 1605, o ciclo das grandes navegações ibéricas, comandando uma frota que, tendo partido de Callao, descobriu sucessivamente o arquipélago de Paumotu, a ilha de Taiti e as Novas Hébridas; Francisco Barreto de Menezes, o herói dos Guararapes e futuro governador do Brasil, que nasceu em Lima em 1616, filho do portuguez do mesmo nome, que foi capitão da praça e do pôrto do Callao; finalmente, o arquiteto Constantino de Vâsconcelos, ao qual se deve uma das mais belas relíquias da arquitetura religiosa de Lima, que escaparam à série de terremotos que assolaram a cidade — o claustro principal de São Francisco.

Se os portuguezes, por tôdas as facilidades de trabalho e comodidades de vida que oferecia a metrópole, enxameavam mais em Lima, formavam, não obstante, igualmente parte importante e muito ativa da população das cidades mineiras, em especial Potosí, La Plata e Cuzco. As duas primeiras assen-

tavam precisamente no termo duma estrada aberta pelos guaranis, ainda no período incaico, a qual foi, antes de nenhum outro europeu, percorrida, como dissemos, pelo português Aleixo Garcia.

Ambiciosos e infatigáveis trilhadores dos sertões, como responderam os paulistas ao apêlo que tão aliciante se mostrou para tantos milhares de portugueses?

São muitos os documentos e referências históricas das quais se conclui que os paulistas entraram no Perú, durante aquêlo período, por duas vias; uma, a de Assunção, que daí se dirige a Santa Fé; outra a que levava diretamente através do sertão às cidades de La Plata e Potosi. A primeira era a via normal dos que procuravam internar-se para fixar-se com demora no Perú; a segunda, a dos que entravam em rápida incursão, para de seguida regressar a São Paulo, trazendo índios **serranos** e maior ou menor carga de prata. Esta última via, ainda que muito mais curta, era infinitamente mais difícil e arriscada, devido aos obstáculos opostos pelas inóspitas planícies do Chaco e os índios, em especial os paiaгуás e os guai-curús.

Os primeiros dêsses paulistas entravam pelo Tietê ou o Pequiri no Paraná que baixavam até cidade Real; daí, ladeado pelo norte o salto do Guaira e a Serra de Maracaiu, navegavam o Jequi até o Paraguai, que desciam até Assunção e daí novamente a Santa Fé. Aqui chegados dirigiam-se a Córdoba, isto é, à grande estrada que de Buenos Aires, galgando os Andes e passando pelo Potosi e La Plata, conduzia a Cuzco, a Lima e a Quito.

Por um ou por outro dos caminhos, é certo, que muitos paulistas se haviam internado no Perú. Dêsse fato possuímos testemunho autorizado. O Pe. Ruiz Montoya, o qual, como é sabido, era limenho, quando foi enviado a Madri, 1638, como Procurador geral da Província jesuítica do Paraguai, representar a Filipe IV contra as incursões dos paulistas, referia no seu memorial os quatro danos e perigos que dessas invasões resultavam e terminava:

“El otro por el dicho camino que han abierto los de San Pablo, muchos dellos se han ido a vivir en Tucumã y a la 'Assunciõ, lugares del dicho Paraguay, viviendo otros en Lima y en el Potosi: y se puede temer lleguen a la dicha villa (de Potosi), porque ay aviso del Governador del Paraguay, en que dize que los vecinos de San Pablo estabam 80 leguas de la nacion chiriguana, con la qual si se confederassen (que lo podran hacer facilmente, atryêndo-

les con alagos, y libertad de consciencia...) (C. A. Mackehenie, **Apuntes sobre judios, jesuitas y paulistas**, em “Revista de la Universidad Catholica del Perú”, agosto de 1937, N.º 34, pg. 447). E o célebre jesuita terminava, insinuando que holandeses e paulistas aliados podiam apoderar-se do Perú. E já antes falara no perigo de que, por intermédio dos paulistas, “se abra el dicho camino para las Provincias del Peru”.

Quer dizer: já em 1638 se temia que os paulistas, dando-se as mãos desde São Paulo ao Potosi, com auxílio dos chiriguanos, cometessem qualquer atentado contra a soberania espanhola no Perú. E já então implicitamente se apontava nesse memorial, como possível realizador dessa ameaça, Antônio Raposo Tavares “el principal autor dêstes danos”.

Na cédula de 16 de setembro de 1639, Filipe IV, entregava ao Santo Ofício os bandeirantes acusados por Montoya, e em especial, Antônio Raposo Tavares “capitam mayor que se nombra dessas entradas” que “acercandose a las provincias del Peru, dan particudar cuidado”. Aí se diz também que no ano de 1638 os paulistas estavam na província do Itatim a 80 léguas de Santa Cruz de la Sierra, que dista outras tantas de Potosi.

Posto assim o problema, isto é, dentro da realidade transnacional, já não nos pode parecer estranho que uma bandeira comandada por êsse mesmo Raposo Tavares, tivesse atingido o Perú, ou melhor, as cidades andinas do Perú colonial.

Restaurada a independência de Portugal em 1640.

Durante os primeiros anos do seu reinado (1640-1656) dois problemas de relação entre a América portuguesa e a espanhola haviam de preocupar D. João IV: o problema da formação geográfica do Brasil, depois da exploração do alto Paraguai e da viagem de Pedro Teixeira que, em 1639, tomava posse, em nome da Corôa portuguesa, da bacia amazônica até ao Japurá; e o problema econômico e político, que resultava da guerra com a Espanha e da interrupção do comércio marítimo do Brasil com Buenos Aires, donde vinha a maior parte da moeda de prata, que circulava nas cidades brasileiras.

Até à data da viagem de Pedro Teixeira os portugueses figuravam o Brasil como uma ilha limitada pelo Rio da Prata e o Tocantins-Araguaia. São êsses ainda os limites do Estado do Brasil na carta de João Teixeira de 1640. Mas a posse do vastíssimo delta amazônico fêz compreender aos portugueses

quanto seria precária a soberania sôbre essa parte do território brasileiro, se o vale amazônico viesse a cair totalmente em mãos dos espanhóis. Nesta compreensão, aliás elementar, se fundou a expedição e o ato de posse de Pedro Teixeira.

Uma série de documentos inéditos de arquivos portugueses, cuja cópia possuímos, levam à insofismável conclusão de que a expedição de Pedro Teixeira teve um caráter essencialmente político, pois foi ordenada pelo governador do Maranhão, Jácome de Noronha com o objetivo expresso de fixar os limites do Estado, por alturas do Japurá, de fundar nesse ponto uma povoação, que indicasse aos espanhóis os têrmos do seu domínio. Esse objetivo resulta por tal forma claro que mais nos parece iniciativa tomada em Lisboa pelo partido nacionalista que preparava a Restauração da independência portuguesa. Aliás, foi tamanha a reação provocada em Espanha pela empresa de Pedro Teixeira, que o Conselho de Índias propôs e instou junto de Filipe IV, para que todo o Estado do Maranhão fôsse inteiramente anexado à Corôa espanhola, com absoluta exclusão das autoridades portuguesas. Data esta consulta do Conselho de Índias, de janeiro de 1640, e supomos que ela entrou com grande parte no número das causas que fizeram eclodir a revolução nacional em dezembro dêsse ano.

Declarada a guerra entre Portugal e Espanha na Península e proibido pelo govêrno espanhol o comércio português com o rio da Prata, deu-se a baixa da moeda portuguesa e, principalmente, a carestia extrema da prata, vinda do Perú por Buenos Aires e pelo sertão, os dois males com dano gravíssimo para a economia do Brasil. D. João IV esforçou-se por manter a paz na América e com ela o lucrativo comércio entre os portos do Brasil e Buenos Aires. Em 1642 enviava ao governador do Brasil duas ordens nesse sentido. A êsses desígnios se opôs a Espanha com violência, temerosa, como sempre, da infiltração portuguesa nas suas colônias e, mais que nenhuma, no Perú. Um grande número de ordens régias atestam que o monarca português, procurou então pessoalmente, com ardor, incitar a busca das minas de ouro e prata, quer no sul, quer na Amazônia, tamanho o desequilíbrio monetário provocado com a intransigência da Espanha e as dificuldades do erário do país em guerra.

Consultado em Lisboa, onde se encontrava em fins de 1643, sôbre aquela situação, Salvador Correia de Sá foi de opinião que se tentasse a conquista de Buenos Aires, incitando-se ao mesmo tempo os moradores de São Paulo

“para que pelo sertão vão sôbre o Paraguai, porque é a parte de donde pode descer pelo Rio abaixo mais sócôro aos moradores”

daquela cidade. Da emprêsa da conquista de Buenos Aires chegou a estar incumbido Luís Barbalho, mas em 1644, o conselho Ultramarino ouvido sôbre o assunto, era de parecer que

“não convém em tempo de tantos apertos lançar mão de novas conquistas”. (Pedro Calmon, **História do Brasil**, II vol., págs. 298-299).

Mas em 1646, o governador do Brasil, Antônio Teles da Silva, ordenava a construção em Santos de dois navios para tomar parte numa expedição de conquista do Prata.

Por volta do ano seguinte, o Pe. Antônio Vieira, então conselheiro privado do monarca e seu agente diplomático para as mais arriscadas negociações, alvitrava, como lhe demandava a mente ambiciosa, mais grandiosos planos. Em carta ao Marquês de Niza, escrita a 20 de janeiro de 1641, disqueteava o grande crador sôbre as possíveis conquistas que os portugueses para molestar a Espanha, podiam fazer na América espanhola.

“Também, dizia êle, se pode tentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão considerável proveito pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores se, **ajudados dos de São Paulo marcharmos, como é muito fácil pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa e conquistarmos as minas de que elas e a Espanha se enriquecem, cuja prata por aquêle caminho se pode trazer com muito menores despesas**”. E impaciente o Pe. acrescentava: “E assim é necessário que V. Mde. o faça logo e que lho escreva, como eu também farei...”.

Encontrava-se então Vieira negociando na Holanda. Mas temos por certo que não seria esta a primeira vez a conceber o projeto e comunicá-lo ao Rei. Em meados do ano anterior D. João IV e os seus acesores mais íntimos e, entre êle Vieira, mal aconselhados pelas angústias prementes da guerra com a Espanha, tomaram, para alcançar o auxílio militar da França, a resolução extrema de oferecer, por intermédio do cardeal Mazarino, a regência do reino de Portugal ao duque de Montpensier, cuja filha casaria com o Príncipe D. Teodósio, retirando-se D. João IV para o Brasil, transformado por sua vez em reino autônomo.

Com êsse encargo de tanto perigo para a independência de Portugal, partia o própria Vieira para França em agôsto dêsse ano em prosseguimento de esforços, totalmente malogrados.

Por meados de 1647, D. João IV, resolvido a mudar a côrte para o Brasil, antecipando-se assim a D. João VI, foi obrigado a fixar a sua atenção sôbre os mais graves problemas do seu comprometido reino e entre êles a formação geográfica do Estado, em relação com as sonhadas minas de ouro e prata e as de defesa ou ataque ao Vice-reinado do Perú.

Como acabamos de ver, as condições geográficas e muito mais as econômicas de relação intra-continental, as históricas e políticas confluíam tôdas para o mesmo objetivo. O pensamento do alargamento do Brasil até ao Rio da Prata ou aos Andes andava no ar. Augurado pelos jesuítas espanhóis, era planejado por um jesuíta português. Só faltava quem o encarnasse. Os depoimentos diretos de três dos bandeirantes, convencem de que a grande expedição de Raposo Tavares se inspirou nas razões que acabamos de expor. Entre os seus objetivos, o último, foi, por certo, o de aprisionar indígenas; os primeiros: a busca de minas de ouro ou prata e de conhecimentos geográficos para resolver o problema dos limites com a América espanhola.

As bases do problema estavam postas. Pedro Teixeira fixara os limites do Maranhão-Pará nas bôcas do Japurá; os paulistas haviam levado as suas incursões até ao médio e alto Paraguai e já alguns haviam atravessado o Chaco em direção à zona de Potosi. Sabia-se, por outro lado, e por informações indígenas que o Madeira nascia nessa mesma região de Potosi. Êsse conhecimento que fôra divulgado pelas relações da viagem de Pedro Teixeira e, em especial, a do Pe. Cristobal de Acuña, escrita em 1640, oferecia um elemento essencial para a formação duma América portuguesa mais vastamente insulada. Ao espírito dos portugueses forçosamente havia de acudir a idéia de alargar até ao Madeira do Brasil, tanto mais quanto a proximidade de Potosi lhes havia de acender a esperança de encontrar minas de prata na região intermédia.

Deixou-nos o conde de Pagan a imagem gráfica dêsse problema de soberania. Em 1656, publicava êle em Paris e dedicava ao rei a sua **Relation historique et géographique de la grande rivière des Amazones**, acompanhada de um mapa. O livro do conde de Pagan, obra de propaganda que incitava o monarca francês à conquista da Amazônia, tem o valor singular de ser a primeira tentativa para representar, em têrmos de geografia matemática, tôda a região amazônica. Aproveitando as relações de viagem de Pedro Teixeira, Pagan, traçou o primeiro canevas

de meridianos e paralelos, para situar cientificamente o Amazonas. Aí aparece também figurado, conforme a descrição dos tupinambás, mas com relativa aproximação, o Rio Madeira, do qual o autor afirma que nasce

“na muita rica e opulenta província do Prata do reino do Perú... e quando sua navegação fôr descoberta, os séculos futuros publicarão as grandes riquezas que êle sem dúvida ha-se trazer ao comércio do grande Amazonas”.

Eis a imagem, mas bem viva, que antes do conde de Pagan, se haviam de fazer portugueses e luso-brasileiros, mais direta e amplamente interessados em navegar o Madeira e conhecer as suas relações com os possíveis limites do Estado Brasil, por ventura incluindo outros territórios ricos em minas de metais preciosos.

Tratava-se dum problema, essencialmente geo-político, de Estado em formação e movimento sob o acicate da guerra e das premências econômicas. Para resolvê-lo necessitava-se dum homem, que reunisse as qualidades dum sertanista experimentado à consciência geográfica e política das necessidades do Brasil, em plena crise de crescimento, e o zêlo abnegado do cidadão, capaz de sacrificar os interesses próprios aos da comunidade.

Êsse homem existia. Antônio Raposo Tavares, português nascido no Alentejo, reunia aquêle conjunto raro de qualidades. Tendo chegado ao Brasil com seu pai, por volta de 1618 e já com vinte anos, era em 1648, volvidos trinta anos, o bandeirante de maior prestígio na capitania de São Vicente, donde havia levado a cabo os primeiros e grandiosos esforços de extensão da soberania portuguesa para o sul e para o oeste.

Em 1641, ao aclamar-se em São Paulo a Restauração portuguesa e o monarca D. João IV, Raposo Tavares ocupa o lugar a seguir ao emissário que trouxera a notícia, primeiro dos que assinam na ata da Aclamação. Cabia-lhe de direito. Em 1639 a 1640 fôra o primeiro organizador e comandante dos cento e cinquenta paulistas, recrutados à sua custa, para auxiliar lusos e luso-brasileiros na luta contra os holandeses. Tudo leva a crer que, durante essa campanha, tomou parte na célebre retirada de Luís Barbalho, do sertão de Pernambuco em direção à Bahia.

Em abril de 1642, conforme revelou Carvalho Franco, recebia dos vereadores de Parnaíba procuração que lhe dava poderes gerais de representação

“em tôda a capitania, em todo o Brasil e no Reino de Portugal, diante de Nosso Senhor D. João IV e onde fôsse necessário no dito Reino”.

Desde então e até 1648 não se encontra rasto de sua atividade no Brasil. Inclina-mo-nos, por consequência, para a hipótese de que durante alguns desses anos houvesse estado em Portugal.

De Antônio Pereira de Azevedo sabia-se que era baiano, casado em Parnaíba, e que, em 1647, quando o governador do Brasil, Antônio Teles da Silva, pedira a São Paulo um socorro de homens para defender a cidade da Bahia contra os holandeses, se ofereceu e foi nomeado capitão-mor da companhia de paulistas que esteve prestes a partir. Novidade é, segundo cremos, que o sertanista se tenha formado nas guerras de Pernambuco contra os holandeses, durante a qual tomou igualmente parte na célebre retirada de Luís Barbalho, conforme consta de sua fôlha de serviço. Nesta última ocasião deve ter conhecido a Raposo Tavares.

Manuel de Souza e Silva, o alferes da bandeira, ao que supomos português, já havia servido no delta amazônico em luta contra holandeses, e índios rebelados, sob o comando de Pedro da Costa Favela.

Dentre os demais componentes da bandeira, assinalemos Simão e Manuel Pedroso, que supomos irmãos. Simão Pedroso, já em 1648, devia ter prática de bandeirismo, pois mais tarde afirmava em Belém ao governador Gomes Freire de Andrade que já estivera em Buenos Aires.

O comando e o sub-comando da bandeira em mãos de dois sertanistas, ambos voluntários na defesa do Brasil e a pedido dos seus governadores gerais, mais nos convence de que a empresa, de que nos estamos ocupando, obedeceu também tácita ou declaradamente a um pensamento político, e, por ventura, de origem oficial.

A expedição de Raposo Tavares compunha-se, segundo Vieira,

“de 200 portugueses e mais de 1.000 índios de armas, divididos em duas tropas. A primeira governava o Mestre de Campo Antônio Raposo Tavares, que ia também por cabo de tudo, a segunda o capitão Antônio Pereira”.

Os expedicionários partiram de São Paulo, baixando o Tietê, em maio de 1648.

Baixado o Paraná, subiram, como era então uso, nas viagens ao Itatim, o Ivenheim, pelo qual passaram ao Aquidauana, ao Miranda e, por fim, ao Paraguai. Antes de aqui chegar, porém, a tropa de Antônio Pereira, dirigiu-se sobre a redução

de Mboymboy, que atacou a 2 de novembro desse mesmo ano de 1648.

Vejamos a seguir o que pode concluir-se do confrônto das cartas do padre Antônio Vieira com as relações dos jesuítas espanhóis, estas inéditas. Em 1650, o Pe. João Batista Ferrusino informava: que Raposo Tavares e os seus companheiros,

“tomando su derrota por los ultimos fines del Itati pasaron a la otra vanda de este rio Paraguay”.

Esta informação inédita fôra dada, não só pelos índios fugidos, mas pelos próprios bandeirantes que atacaram Mboymboy. Dizia ainda o jesuíta:

“hasta oy no se sabe que hayan vuelto... mas oy es fama constante que se estan cituados en el mismo puesto donde fue muerto el Pe. Pedro Romero...”.

Há nesta notícia dois dados objetivos, um dos quais muito preciso e importante para a análise do trajeto da bandeira:

“tomou a sua derrota pelos últimos fins do Itati”.

Ora, conforme dizia o Pe. Diogo Ferrer, na sua descrição dessa província, o Itati estava compreendido entre 19° e 22°, 30° de latitude sul. Por consequência a tropa de Raposo Tavares, propriamente dita, fêz seu caminho diretamente à região onde haja assenta Corumbá, no século XVIII Albuquerque; e no no XVI Puerto de San Fernando.

Esse era o tradicional lugar da travessia, assinalado nos mapas jesuíticos com o nome de **paso**. Por aí atravessara, em 1524, o português Aleixo Garcia e, em 1537, Ayolas, guiado por um dos índios do primeiro, ambos em direção ao império dos Incas, que alcançaram na região andina do alto Rio Grande ou Guapaí. No mapa da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira (1793), figura um caminho que passa por Albuquerque, seguindo daí pelos pueblos de São Coração, Santiago e São José, ou seja pela linha de maiores e mais próximas elevações entre o vale do Paraguai e o Alto Rio Grande ou Guapaí.

Conforme as relações dos jesuítas espanhóis, na serra de Santiago deveria ser a redução pelo Pe. Romero. Aí, pois, deve ter esperado a tropa de Raposo Tavares pela de Antônio Pereira, tanto mais quanto essa elevação, que atinge os 500 metros, e tem junto água corrente, se prestava para estabelecer a costumada palissada dos paulistas. Aí Raposo Tavares deve ter “invernado” conforme a expressão dos jesuítas espanhóis,

isto é, passado a estação das chuvas e ordenado sementeira, enquanto esperava pela tropa de Pereira de Azevedo.

Entretanto êste último atacava a redução de Mboymboy, que segundo as cartas dos jesuítas espanhóis, devia estar situada sôbre a atual Aquidabã. Retido cêrca dum mês nessa região, em combates e aprisionamento de índios, só em dezembro deve ter reiniciado a marcha para juntar-se ao grosso da bandeira, fortificada na serrania de Santiago. Vieira e os jesuítas espanhóis são concordes em assinalar que êsse breve trajeto foi terrivelmente demorado e dificultado pelos repetidos ataques dos paiaguás, por água, e dos guaicurús, por terra. Os bandeirantes, por vêzes semi-imersos nos pantanais do Paraguai, passaram as maiores calamidades. Enumera-as Vieira: a peste, a guerra e a fome. Mais sóbrio e juntamente mais explícito, Pereira de Azevedo diz no seu requerimento que:

“viu morrer a maior parte de seus companheiros à fome e à sêde”.

Daqui concluímos que a bandeira, obrigada pelos assaltos dos índios e, porventura, pela enchente do rio, tentou e realizou o caminho direto para a serrania de Santiago, atravessando o Chaco, única região onde era possível que morresse a maior parte dos homens da sua tropa à fome, e sobretudo à sêde.

Incorporada a bandeira, deverá ter seguido em abril ou maio de 1649 a rota natural, pela serra de São José e, passando ao norte dos Banhados de Izozog, alcançado a região dos **Serranos**. Num mapa anônimo traçado por bandeirante no segundo quartel do século XVIII, publicado por Mestre Taunay, e que abrange a região mais comum das bandeiras paulistas, lá aparecem, no extremo oeste, os **serranos**, designação que se lê sôbre um desenho tosco de serranias, situadas ao sul de Santa Cruz de la Sierra e no norte das “Sierras dos Siriguaianas”. Não obstante essa diferenciação de nomenclatura, os “serranos” que habitavam a região andina do Alto Guapaí eram também chiriguanos (guaranis) ou chanés (aruaques guaranizados).

Qual teria sido o caminho de Raposo Tavares na última parte da viagem? Sabemos pela **América abreviada** de João de Souza Ferreira, que êle baixou o Madeira, mas por qual dos afluentes do Madeira teria navegado até alcançar a foz do Amazons?

Vários documentos, a nosso ver, esclarecem o problema. Referimo-nos à carta do Pe. Antônio Vieira, escrita a começos de

1654, à **Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio do Amazonas**, escrita cêrca de 1665, por Maurício de Heriarte, que sem dúvida falou também com alguns dos bandeirantes da grande expedição, e à carta do conde de Castelar, Vice-Rei do Perú, de 1676, revelada por Basílio de Magalhães.

O Pe. Antônio Vieira apontou como objetivo da expedição os **serranos**, que habitavam a região andina do Alto Rio Grande ou Guapaí, afluente do Madeira. Esse simples fato faria admitir como hipótese, que a bandeira tivesse baixado por esse rio, tanto mais que Pedro Teixeira e seus companheiros tinham adquirido, como vimos, por informações dos indígenas, a convicção de que o Madeira nascia na região próxima do Potosi. Mas Vieira, no seu relato, dá informações tão individuadas sobre o rio percorrido que permitem identificá-lo seguramente. Os bandeirantes, conforme o grande missionário:

I — “Quando a primeira vez entraram neste grande rio, estavam na altura do Espírito Santo, que são dezoito graus de banda do sul”.

II — “Depois caminharam já a sul, já a leste, até que tomaram de carreira para o norte e nordeste a desembarcar no mar”.

III — “Lançadas as canoas à água, ao terceiro dia se lhes sumiu o rio entre uns juncaes; mandaram descobridores a buscá-lo; e depois de três dias de jornada tornaram a dar como êle, mas distante do lugar onde se lhes tinha escondido”.

IV — “Deliberaram-se a passar lá as canoas, e assim o fizeram à pura fôrça de braços e de ombros, como dos Argonautas contam as fábulas, com exemplo verdadeiramente grande de constância e de valor, se o não deslustrara tanto a causa”. Realizada esta difficil operação, e “Embarcados segunda vez... aos oito dias de viagem deram na madre do Rio”.

V — “E, finalmente “gastaram onze meses inteiros na navegação”.

A descrição do Pe. Vieira, fornece, pois, dados preciosos sobre a latitude atingida por esse rio na sua parte navegável; a série dos rumos em que se desenvolve o seu percurso N-S, O-E, S-N, e por fim N-E; a circunstância da navegação ser **de carreira**, ou mais rápida e seguida, desde que a corrente tomou o rumo norte; o fato singularíssimo do rio desaparecer durante um trecho apreciável.

Ora o Rio Grande, que nasce no Vale de Cochabamba por 17° 14' de latitude sul começa a ser navegado por pequenas ca-

noas em Tarata, cêrca de 18° de latitude sul atinge, na sua curva descendente, 19° 14' de latitude S., o que se acorda com a relação anterior.

Nesta parte do trajeto, que decorre entre dois graus de longitude o curso do rio, extremamente sinuoso, baixa de 2.100 a 500 metros aproximadamente, correndo em numerosas curvas, ora a sul, ora a leste. Nesta particularidade, tão singular, também a descrição do Vieira está de acôrdo com os dados geográficos.

Passado o extremo sul da sua curva descendente, o Rio Grande descreve uma nova curva, mas está na direção do norte e do noroeste até desembocar no Mamoré, seguindo depois na direção geral do norte, até desaguar no Madeira, o qual, por sua vez, baixa no rumo nordeste até ao Amazonas.

Mais uma vez a concordância entre as notícias recolhidas pelo Pe. Vieira e a realidade geográfica é perfeita. Perfeita, insistimos. Só nos fins do século XVIII, note-se bem, a cartografia dessa região igualou ou excedeu êsses dados. Até lá tôdas as representações literárias ou cartográficas ficaram muito aquém.

Resta a última singularidade apontada pelo grande jesuíta, e essa muito notável. Em certa parte do seu trecho o rio por onde navegavam desapareceu sob uns juncaes e foi necessário buscar-lhe a continuação a três dias de distância. Observe-se que tendo baixado o Madeira prôpriamente dito, quer tomassem pelo Guaporé, quer pelo Rio Grande, o maior obstáculo que se opôs à navegação foi sem dúvida a série das terríveis cachoeiras, que acidentam aquêlo rio. Mas, para os paulistas, habituados a baixar ou subir o planalto, ao sabor ou arrepio da corrente, as cachoeiras não representavam singularidade. Pelo contrário. Mais ou menos alterosas, entravam na regra. E espanta a sobriedade dêsses homens que, havendo referido ao jesuíta-escritor tão sequioso de pormenores flagrantes, incidentes mínimos da viagem, como o aparecimento de aves no céu ou animais na água, não tiveram, por certo, qualquer expressão de encarecimento para a empresa de galgar a escadaria do Inferno do Madeira. Precisamente um século após, José Gonçalves da Fonseca que as subiu, vindo de Belém para Mato Grosso, demora-se a descrever na sua relação a escala e a escalada, com o devido interêsse pelo espetáculo da natureza hostil e do esforço do homem para dominá-la.

Se os bandeirantes houvessem contado a Vieira sua duríssima labuta, ao abrir das picadas na selva amazônica para arrasto das canoas, cachoeira a cachoeira, naquele trecho do rio,

por certo um dos mais selváticos do Brasil, era aí que êle daria àquêles bandeirantes o epônimo de argonautas.

Mas não: impressionou-os mais o fato do rio desaparecer durante alguns dias. Ora, precisamente, logramos averiguar que êsse fenômeno ainda persistia no século XVIII, segundo supomos, já menos acusado que no século anterior, no curso do Guapaí.

Recorrendo apenas à história do rio, poderíamos admitir a notícia de Vieira como perfeitamente viável. Os melhores mapas da Bolívia assinalam, ao lado do curso atual do rio, entre 16° e 17° de latitude sul um rio Viejo ou la Madre, isto é, um leito sêco e obstruído pelas areias, fenômeno vulgar nos rios que divagam em planícies de aluvião. Mais ao norte, mas cerca de 16°, há outro Rio Viejo, que se perde num pantanal, que tem o nome de **Los Limos**. Ao que parece, pois, o fenômeno persiste.

Não obstante, e para maior segurança, resolvemo-nos a consultar geógrafos bolivianos, admitindo que a bandeira pudesse igualmente ter seguido o trajeto Parapetí-São Miguel. O dr. Alfredo Jauregui Resquellas, Presidente da Sociedade Geográfica de Sucre, respondeu-nos, em face dos dados que lhe enviamos, que os expedicionários não podiam ter deixado de seguir pelo Rio Grande ou Guapaí. Seria demasiado longe expor aqui a sua opinião, que se funda na história do rio e nos seus caracteres atuais, já referidos.

Mas, e ainda uma vez, a Coleção de Angelis nos ia dar a prova decisiva. Em nossas investigações sôbre esta bandeira, deparamos naquele acervo uma **Descripcion geográfica del Rio Mamoré o Madeira** enviada em 1872, pelo padre Carlos Hirscko, antigo missionário jesuíta das Missões de Moxos, no Mamoré, ao Embaixador de Espanha, em Viena de Austria. Tendo abandonado aquela região após a expulsão dos jesuítas espanhóis, em 1767, o Pe. Hirscko reporta-se declaradamente ao ano de 1751, em que, agregado à comissão espanhola para demarcar os limites do Tratado de 1750, se deu à tarefa de estudar e descrever o curso do Madeira desde as suas nascentes.

Nesse documento, dum grande interêsse para a história da geografia, afirma-se que

“el rio grande asi llamado que nasce en la Provincia de Mizque... no sufre sino canoas y sun estas en tiempo de grandes secas, por **sumirae el agua en las arenas, por dos o tres parajes...**”.

Aqui temos, pois, o fato inteiramente confirmado e com uma amplitude superior à dos próprios informes de Vieira. Também neste caso a descrição literária coincide com a geografia histórica, pois um século de intervalo entre um e outro depoimento carece de importância na evolução de semelhantes fenômenos.

Uma observação convém desde já fazer.

O Pe. Hirscko afirmava que o rio só por alturas de Santa Cruz de la Sierra começava a ser navegável. Provém este erro, em parte, da sua ignorância sobre as verdadeiras origens do Rio Grande. Com efeito, este, depois de receber o Mizque, ainda se estende por um dos seus braços até cerca do lago Poopó.

Em resumo: os dados muito concretos fornecidos ao Pe. Antônio Vieira sobre o curso do rio que os levou ao término da viagem e sobre as circunstâncias que o permitiam navegar, acordam-se um por um com a realidade geográfica e histórica.

Quanto à identificação de Washington Luís com o Guaporé, opõe-se-lhe inteiramente a latitude extrema da origem — 15°, e não os 19° da carta de Vieira, a direção geral para N. O., que o rio toma desde a origem até a foz, e a ausência completa do fenômeno da interrupção do curso.

Finalmente se, por exclusão de partes, chegamos à única conclusão possível de identificação com o Rio Grande, duas outras referências coevas a vem confirmar por modo decisivo.

Maurício de Heriarte, escrevendo cerca de 1665, catorze anos após a expedição de Raposo Tavares, mas que tomara parte na viagem de Pedro Teixeira e viveu desde então no Pará e no Maranhão, escrevia sobre o rio Madeira:

“Vem este rio da provincia dos Serranos, que estão na cordilheira do Perú pela banda do Paraguai. Nasce de muita quantidade de lagos...”.

Este depoimento confirma a informação de Vieira, ao qual acrescenta a situação de **serranos** (chiriguanos e chanés) nas faldas orientais dos Andes, ao sul de Santa Cruz. **Serranos** era nomenclatura paulista e colhida da boca de paulistas. Nasce o Guapaí na região andina dos dois grandes lagos — Poopé e Titicaca, e não longe deles, o que dá certo caráter realista à segunda parte daquelas informações.

A esta data, estes conhecimentos, tão exatos para a época, não podiam relacionar-se senão com a bandeira de Raposo Tavares. Na história da cartografia só nos começos do século XVIII os mapas dos jesuítas (1703) e dos cartógrafos france-

ses, como Guillaume de L'Isle (1703), começam a traçar o Rio Grande ou Guapaí, desde as origens, cêrca de Cochabamba, e com a característica curva do seu alto curso. Mas, pelo que respeita às latitudes mais elevadas do traçado e à direção geral do Madeira, essas cartas mostram-se ainda muito inferiores à descrição do Pe. Antônio Vieira.

Finalmente, o Conde de Castelar, vice-rei do Perú, referia-se em 1667, às correrias dos paulistas, que assolavam a província do Paraguai, levando os índios como escravos

“y con este exercicio llegando hasta la poblacion de Santa Cruz de la Sierra, y estendiendose por mas de 800 legoas hasta el rio Marañon o de las Amazonas” (**Documentos Interessantes**, v. 47, pág. 27).

Esta etapa pela povoação de Santa Cruz confirma também e inteiramente o trajeto pelo Guapaí.

E aqui chegados propomos um problema. Ter-se-iam limitado Raposo Tavares e os seus companheiros a visitar Santa Cruz de la Sierra, pequeno burgo, àquela data paupérrimo de habitantes e recursos? Êles próprios ausentes há mais de ano de São Paulo, desfalcados de alimento, vestimenta e apetrechos pelas terríveis inclemências da travessia, não teriam buscado alguma ou algumas das grandes cidades andinas para refazer-se? Se a essa certíssima urgência somarmos a circuns-tância de muitos portugueses e, entre êles, alguns paulistas, enxamearem nessas cidades, cuja fama retumbava em todo o mundo, temos por absurdo que Raposo Tavares e alguns dos seus companheiros não tivessem penetrado em La Plata, quase sôbre o seu caminho e, por ventura na então legendária Potosí. Não rejeitamos até a hipótese — mera hipótese — de que êle houvesse chegado a Lima, de cujas eminências se avista o Pacífico a curtíssima distância, dando assim mais realidade à lenda.

Não teria então a bandeira alcançado Quito?

Os documentos, que se referem ao percurso total da bandeira podem dividir-se em duas categorias; os que pertencem aos próprios bandeirantes ou procedem diretamente dêles; e os que se lhes referem em lugares ou época recuada. Só êstes últimos, um dos quais escrito em Lisboa, em 1674, e outro, meio século mais tarde, se referem à passagem por Quito e à descida desde esta cidade pelo Amazonas. Nenhum dos outros documentos, mais dignos de fé e que são a quase totalidade, mencionam êsse fato. Observe-se que até hoje não encontramos na documentação espanhola qualquer referência donde

pudesse inferir-se semelhante traçado. Esta carência assume proporções dum desmentido, quando se trata da **Relacion de los Maynas** do Pe. Francisco de Figueroa, que à data da realização da bandeira habitava no Marañon e, naquela hipótese, era natural, quase fatal a referisse.

Como explicar então a divergência? A carta de Vieira e o próprio depoimento do segundo comandante da bandeira estão de acôrdo em considerar a viagem pelo Madeira como um descobrimento do próprio Amazonas, no seu curso principal, e não dum afluente. Na carta de nomeação de Antônio Pereira de Azevedo para provedor da fazenda da Capitania do Espírito Santo, diz-se do nomeado e transcrevendo do seu próprio requerimento:

“e estando servindo na capitania de São Vicente foi no descobrimento do Rio das Amazonas em cuja jornada gastou tempo largo e viu morrer a maior parte de seus companheiros à fome e à sede; e vindo sair à parte do Maranhão e Pará...”.

Não só Antônio Pereira de Azevedo, mas, ao que parece, também as estâncias oficiais de Lisboa, consideravam a viagem, no objetivo e resultados, como o descobrimento do Amazonas.

Vieira, por sua vez, chama ao curso do verdadeiro Amazonas e Marañon, incluindo o Napo, e por comparação com o rio navegado pelos bandeirantes, “outro braço” do Amazonas.

Ao que supomos, pois, terá havido um documento inicial, primeiro relato dos bandeirantes, em que êstes afirmavam que haviam atingido o Perú, donde haviam baixado pelo Amazonas desde o seu nascimento. O secretário do Conselho Ultramarino e o governador Berredo interpretaram mais tarde êsse texto, à luz dos seus conhecimentos geográficos. Para os dois descobrir o Amazonas desde as suas fontes, implicava, segundo a concepção corrente na época, passar por Quito e daí baixar até ao curso principal do rio. Trata-se, ao que supomos, dum equívoco, que assenta numa dualidade de concepções, em tempo de geografia incerta.

De qualquer forma êsses dois testemunhos não podem invalidar o requerimento de Pereira de Azevedo, a carta de Vieira, a do conde de Castelar e a relação de Heriarte, mais dignos de fé e todos acordes entre si.

Resta-nos acrescentar que, só volvido mais dum século sobre a grande bandeira de Raposo Tavares, a documentação escrita ou cartográfica dos espanhóis acusa um conhecimento do

Guapaí igual ao dos paulistas em 1650. O mesmo poderemos dizer quanto à sua navegação.

Aliás, êste tardio conhecimento da navegação do Rio Grande desde os contrafortes andinos até à planície cruzenha, dá a medida das qualidades humanas e da cultura geográfica que representavam o bandeirismo em meados do século XVII.

O Pe. Antônio Vieira eleva ao último grau da hipérbole os trabalhos sofridos por esta bandeira, em especial na travessia do Paraguai, e até embarcar no Rio Grande. Passado um mês sôbre o ataque à redução de Mboyombo, diz êle na sua carta,

“se viram os executores dêle castigados com a fome, peste e guerra. A peste foi tal que nenhum dêles ficou que não adoecesse mortalmente; a fome era quase extrema, porque as raízes e frutos das árvores eram o maior regalo dos enfermos... sobretudo no meio desta fraqueza e desamparo eram continuamente assaltados de bárbaros de pé e de cavalo, que os atravessavam com flexas”.

E chama a essas provações

“as maiores misérias que jamais se passaram”.

Nesta parte a narração de Vieira é inteiramente corroborada por outro jesuíta, o Pe. Altamirano. Tais desastres referem-se principalmente à tropa de Antônio Pereira, que atacou Mboyombo. E já vimos como êste se lhe refere no seu trágico laconismo

“viu morrer a maior parte de seus companheiros à fome e à sede”.

Mas o Pe. Vieira, na seqüência do relato, continua a desfiar durezas de combate, ciladas de índios e trabalhos de toda a espécie na região dos **Serranos**. Depois tiveram de marchar dias a fio com as canoas às costas, na planície cruzenha e nós sabemos que lhes foi necessário repetir a operação mais de dez vêzes, em piores condições, ao baixar as quedas do Madeira.

Não dissente dêstes relatos o Pe. Souza Ferreira, pois afirma que nas campinas alagadas do Paraguai, andaram dias inteiros com a roupa pela cabeça e a água pela barba, e aos combates com os índios acrescenta que os bandeirantes tiveram seus recontros com os castelhanos do Perú, confirmado nesta parte por Berredo.

Vieira, que tão à speramente censura êstes mesmos bandeirantes, pelos desacatos cometidos contra os jesuítas espanhóis, um dos quais morreu em combate, todavia não hesita, num momento de assômbro, em proclamar dessa emprêsa

“que verdadeiramente foi uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo”.

Mas seriam êsses bandeirantes tão ímpios e cruéis com os sacerdotes da Companhia, como afirmam **una voce** Vieira e os seus confrades espanhóis? Lendo com atenção as cartas e relações dêstes últimos, apura-se que a verdade era outra.

Que êsses homens, capazes de jogar tão facilmente a vida própria não respeitassem mais a alheia, é de crer. Aplicavam aos demais a lei do perigo em que viviam. Sua vida tão cheia de terríveis asperezas, não tinha o mesmo valor que para nós. Mas o Pe. Bonilla descrevendo o assalto da tropa de Antônio Pereira aos Itatins, em novembro de 1648, falando da detenção por alguns dias do Pe. Cristobal de Arenas, confessa

“Verguenza me da el tratamiento que em ciudade de la Assuncion se hace a la Compañia, quando cigo al Pe. C. de Arenas contar la cortesia con que estos enemigos le trataran asi de palabra como de obra en su sustento y regalo que se compadecia con la cantidad que alli habia”.

Acusa o Pe. Vieira, é certo, êsses bandeirantes de haver despojado a Igreja da redução assaltada de vestiduras e vasos sagrados. Mas o Pe. Altamirano contava, em 1554 que depois de atravessado o Paraguai:

“hollande el caudillo a los pocos que haviam quedado, les dixo que aquella mortandad y despejo eran conoçidamente venganza de la muerte y despojo de aquel ministro del Señor. E pareciendoles que aplicariam algo su yra, con restituir los arnamentos y cosas sagradas, que llevavan, lo hicieron luego, despechandolo todo con un indio que remetieren, aunque tarde a los padres”.

O fato despido de interpretação, mais ou menos forçada do narrador, é êste: chegada a tropa de Antônio Pereira ao acampamento de Santiago, Raposo Tavares mandou devolver aos jesuítas o produto do saque da Igreja. Para o carregar bastou um índio, o que prova também que o despôjo fôra diminuto.

Êstes homens, pois, que pecavam por assomos e atos de violência, eram capazes de cortesia, humanidade e nobreza.

Em conclusão:

A bandeira de Raposo Tavares foi essencialmente uma expedição de descobrimento geográfico e de minas, relacionada com o problema dos limites e as dificuldades financeiras e políticas em que se debatia o Reino, após a restauração da Independência.

Ela foi também a primeira expedição de reconhecimento geográfico que abrangeu todo o espaço continental da América do Sul, compreendido entre as ribas do Atlântico e a cordilheira andina, entre o Trópico de Capricórnio e o Equador, alargando-se por cêrca de 23° de latitude e vinte de longitude, maior e mais árdua de quantas se realizaram em tôda a América, não só até à sua data, mas ainda até aos começos do século XIX. Pondo de parte o trajeto andino e considerado apenas o percurso fluvial do Tietê ao Paraguai e daí por terra ao Guapaí, e baixando por êle o Madeira e o Amazonas até Belém êsse vasto périplo mede 10.000 quilômetros, números redondos. Se lhe acrescentarmos o trajeto do Chaco e os percursos de desvio na região das cidades andinas, terá excedido por certo os 12.000 quilômetros.

Para falar apenas das mais notáveis expedições realizadas antes e depois de Raposo Tavares, o descobrimento de Orellana em 1541, embora épico pelo arrôjo, limitou-se a baixar o Amazonas e sempre nas mesmas latitudes. As de La Salle, o grande explorador francês do Mississipi, entre 1679 e 1682, desenvolveram-se em clima temperado e quase que exclusivamente no sentido do meridiano. Duas expedições: a de Lewis e Clark que, entre 1804 e 1806, exploraram o médio e alto Missuri e o Colúmbia até ao Pacífico, embora tão notável pela audácia e os resultados, desenvolve-se num espaço continental de trinta e três graus de longitude, mas muito reduzido em latitude, por consequência, dum âmbito muito menor.

Talvez, e para terminar, a melhor forma de definir a personalidade de Raposo Tavares, seja por comparação com outro dos grandes bandeirantes, seus pares.

Dissemos, de princípio, que Fernão Dias Pais se afigurava o protótipo do bandeirante, isto é, o mais evoluído e diferenciado pelas capacidades e virtudes gentílicas da sua grei. Homem que obedecia a um conceito e imperativo ibérico de honra, Quixote do sertão, levou até à loucura a obsessão e o sacrifício, na sua luta com o fantástico moinho de vento das Esmeraldas. Como os poetas, os filósofos e os místicos, êle perence também, pela vontade e a ação, à raça rara dos enamorados do Absoluto. Lembra aquêles terríveis patriarcas bíblicos, que sacrificavam os filhos a Jeová; que permaneciam, co-

mo Jó, sob a torrente devastadora dos flagelos e das catástrofes, inabalavelmente fiéis à sua Lei; ou morriam numa agonia, ao mesmo tempo estática e pungente, à vista da Terra da Promissão.

Há nele qualquer coisa de abstrato e de irreal, que transcende o homem. Sabemos que viveu. Conhecemos documentalmente a sua história. E, todavia, aureolado pelo esplendor dos seus feitos, mais parece um daquêles deuses tutelares, em que os povos, ricos de imaginação, à maneira dos gregos, fundiam e idealizavam os seus maiores anseios e virtudes.

Menos diferenciado no estilo de vida e no caráter bandeirante e protótipo de outro tipo de expansão, Raposo Tavares, não obstante, não lhe cede em estatura. A maior diferença que os distingue é que o Governador das Esmeraldas viveu, pela ação, voltado para o interior. Abriu as portas de ouro da riqueza e da independência da sua pátria. Foi, na rigorosa acepção da palavra, um deus-lar.

O outro, Raposo Tavares, o governador da aventura continental, cujo heroísmo raia também pelo irreal, viveu de face voltada para as fronteiras. Em Guairá, como nos Tapes, no Itatim, nos Andes ou na Amazônia, êle busca traçar e sempre na consciência do esforço realizado, a fronteira ideal com a América espanhola. Rasteou desde a profundidade inicial os alicerces das nações dum continente. Foi um deus-térmo, olhando ao largo, em todos os rumos de dois quadrantes.

Para enaltecer seu esforço e bravura, alguns historiadores brasileiros chamam a Raposo Tavares — homeriada. Seja-nos lícito fazer um reparo. Dos heróis de Homero decorreram os horrores no Mediterrâneo, mar interior cuja maior extensão não ultrapassa quatro mil e quinhentos quilômetros; e cujos perigos não excediam o canto das sereais e o agitado mar entre Cila e Caríbedes, no doméstico estreito de Messina. Se temos de comparar aquêles bandeirantes a grandes navegantes há que recorrer então aos descobridores, que afrontam os cabos das Tormentas, que dividem os Oceanos. Como Vasco da Gama no Índico, ou Fernão de Magalhães no Pacífico, Raposo Tavares mediu a sua grandeza pelos dois maiores padrões da Natureza no seu gênero: os Andes e o Amazonas.

Por mais a despropósito que se tenha usado e abusado da palavra, acreditamos que a Raposo Tavares e aos seus companheiros cabe, sim, por justo título e direito, o qualificativo mais épico, mais nobre, mais humano e mais brasileiro de **Lusiadas**.